



MACHADO, Rodrigo Corrêa Martins. **Sophia: “poesia e revolução”**. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 13, Julho 2013. [<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>]

SOPHIA: “POESIA E REVOLUÇÃO”¹

Rodrigo Corrêa Martins Machado²

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo investigar a relação existente entre poesia, política e História na obra *O Nome das Coisas* (1977), de Sophia de Mello Breyner Andresen. Nessa obra, deparamo-nos com importantes escritos concernentes ao período ditatorial português, à Revolução responsável pelo fim do Governo totalitário em Portugal, bem como ao período posterior a esses acontecimentos. Dentre os principais estudiosos que nos forneceram apoio teórico para a realização da investigação proposta, destacamos: A. Candido (2000), R. M. Martelo (2010), L. C. Lima (2003 – 2006), T. Adorno (2003), M. Hamburguer (2007), A. Bosi (1983), L. Hutcheon (1991), P. Burke (1992), L. Secco (2004), K. Maxwell (2006), E. Lourenço (2000), L. R. Pereira (2003), C. C. Rocha (1979 – 1994), H. Malheiro (2008), dentre outros. Em *O Nome das Coisas* (1977), Sophia Andresen reflete acerca dos problemas políticos que envolviam Portugal, possibilitando importantes reflexões acerca dos anos finais da ditadura salazarista, da Revolução de Abril, como também dos desdobramentos que essa insurreição teve e ainda possui em terras lusitanas.

PALAVRAS-CHAVE: Sophia de Mello Breyner Andresen, *O Nome das Coisas*, poesia e política.

ABSTRACT

This work has as its main task to investigate the relationship between poetry, politics and history in the book *O Nome das Coisas* (1977), by Sophia de Mello Breyner Andresen. In this work, we are faced with important writings concerning the Portuguese dictatorship period, the Revolution responsible for the demise of the totalitarian government in Portugal, as well as the period succeeding these events. The

1. O presente trabalho foi apresentado originalmente em forma de comunicação no evento “Jornada Novas Cartas Portuguesas: 40 anos depois”, realizado no dia 25 de abril de 2013, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2. Doutorando em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rodcorrear@hotmail.com.

leading scholars who provided theoretical support for the realization of the proposed research include: A. Candido (2000), R. M. Martelo (2010), L. C. Lima (2003 - 2006), T. Adorno (2003), M. Hamburguer (2007), A. Bosi (1983), L. Hutcheon (1991), P. Burke (1992), L. Secco (2004), K. Maxwell (2006), E. Lawrence (2000), L. R. Pereira (2003), C. C. Rocha (1979 - 1994), H. Malheiro (2008), among others. In *O Nome das Coisas* (1977), Sophia Andresen reflects on the political problems involving Portugal, enabling important reflections about the final years of the Salazar dictatorship, the April Revolution, as well as the developments that insurrection had, and still has on Lusitanian lands.

KEYWORDS: Sophia de Mello Breyner Andresen, *O Nome das Coisas*, poetry and politics.

Sophia: poesia e comprometimento político

Desencanto dos dias

Não era afinal isto que esperávamos

não era este o dia

Que movimentos consente?

Ah ninguém sabe

como ainda és possível poesia

neste país onde ninguém nunca viu

aquele grande dia diferente

(BELO, 2009, p. 93).

O poema de Ruy Belo, “Desencanto dos dias”, publicado em *Aquele grande rio Eufrates* (1961), labora como um verdadeiro presságio quanto à situação de Portugal após a tão esperada Revolução que destituiria do poder o governo totalitário português. Quando o eu lírico profere “neste país onde ninguém viu/ aquele grande dia diferente”, percebemos claramente o cunho político e social de um sujeito comprometido com os problemas do seu tempo. Tal comprometimento pode ser observado também em outros poetas portugueses que viveram sob o regime Salazarista, como é o caso de Sophia de Mello Andresen, poeta que afirma veementemente no ensaio “Poesia e Revolução”: “Sabemos que a vida não é uma coisa e a poesia outra. Sabemos que a política não é uma coisa e a poesia outra. Procuramos o coincidir do estar e do ser. Procurar a inteireza do estar na terra é a busca da poesia” (ANDRESEN, 1977, p. 78).

Todo o engajamento político de Sophia de Mello Breyner Andresen explica-se pelo fato de ela possuir uma consciência apurada em relação à História e à política de seu país, assim como ter vivido sob um regime ditatorial em terras portuguesas, com duração de aproximadamente 50 anos. De 1926,

quando líderes militares iniciaram o processo de implantação da ditadura e do Estado Novo (1933), até abril de 1974, com a deposição do governo totalitário, a população lusitana se viu envolvida em uma atmosfera opressora que lhe privava a liberdade, lhe fiscalizava a maneira de se vestir, de se comportar, ou seja, submetia o povo às imposições do regime (MAXWELL, 2006, p. 34).

Em consequência da percepção das situações críticas de interdição da democracia pela qual Portugal atravessava, é nítida a interlocução entre a poesia andreseniana com a brutalidade do mundo real, com a História contemporânea à autora e do discurso lírico que ela empreendia.

Mesmo que o mundo estivesse imerso no caos, nas contradições, em lutas, desigualdades, a autora ainda manifestou o desejo e a possibilidade de haver o surgimento do cosmos, de uma restauração de plenitude que existiu no dia inicial, paradisíaco, primordial, no qual homens e os elementos mundanos estavam unidos, possibilitando aos primeiros uma maior proximidade do divino. A vivência do real deslumbra tanto a poeta, a ponto de paralisá-la frente ao que muitos outros seres humanos veriam como banal. É uma espécie de êxtase nascido da admiração, concentração e contemplação. A percepção poética que emana de Sophia é de tal maneira aguçada, permitindo-lhe vislumbrar esse real em elementos presentes no cotidiano humano, que ela afirma:

A coisa mais antiga de que me lembro é dum quarto em frente do mar do qual estava, poisada em cima duma mesa, uma maçã enorme e vermelha. Do brilho do mar e do vermelho da maçã erguia-se uma felicidade irrecusável, nua e inteira. Não era nada de fantástico, não era nada imaginário: era a própria presença do real (ANDRESEN, 2011, p. 841 – Arte Poética III).

Neste ponto, faz-se necessário que evidenciemos nossa posição quanto à relação entre o poema e a transfiguração criativa do real em textualidade. Estamos de acordo com o que enuncia o estudioso inglês Michael Hamburger (2007, p. 147): “[...] o ‘real’ não deve ser confundido com o racional nem mesmo com a forma realista nas artes. A realidade tem de ser transformada pela imaginação antes que seja verdadeiramente percebida”.

A palavra, elemento edificador de uma nova realidade, possibilitou a Sophia Andresen expressar seus sentimentos, seus medos, angústias, felicidades, esperanças, revoltas perante uma realidade social e cultural marcada pela opressão e pelo silêncio. Dois elementos tornaram-se imprescindíveis nessa edificação, experiência e imaginação, já que ambos possibilitam que a habilidade do artista revele de maneira alegórica sua percepção do mundo.

Em um texto da artista, datado de 1975, publicado no *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (s.p), número 1052, de 26 de janeiro a 8 de fevereiro de 2011, ela revela que “Onde há violência há abuso e onde há abuso não há justiça. Onde há violência há medo e onde há medo não há liberdade. Onde há medo, há sempre alguém que pousa o seu pé em cima da cabeça dos outros”. Essa passagem alude aos anos que Sophia Andresen vivenciou em relação não somente à ditadura salazarista, bem como à segunda guerra mundial, à disseminação de governos totalitários por todo o mundo, da Europa à América Latina, entre outros acontecimentos que exemplificam o uso do poder para dominar populações e anular a vivência da cidadania. Em contextos de exclusão como esses, a liberdade é cerceada e todos se veem obrigados a viver de acordo com as normas ditadas por uma minoria dominadora, interesseira e opressora.

A poeta identifica a justiça como elemento necessário para estabelecer-se o equilíbrio do mundo, aproximando-se do ideal grego de *Mesotis* ou justa medida, o que é algo extremamente relevante e importante, uma vez que, para ela, a justiça “Confunde-se com a nossa confiança na evolução do homem, confunde-se com a nossa fé no universo” (ANDRESEN, 2011, p. 842 – Arte Poética III). Isso aponta para a justiça como uma instância libertadora que deve ser buscada e evocada em qualquer âmbito onde esteja em falta ou ameaçada.

A arte andreseniana não deixa, em nenhum momento, de pender para uma perspectiva ética da poesia, o que é ao mesmo tempo clássica e moderna, projetada na metáfora e na imagem. Logo, conforme Michael Hamburger (2007, p. 58 - 59), “Tampouco é preciso ser marxista para reconhecer que toda poesia tem implicações políticas, sociais e morais, independentemente de a intenção por trás dela ser didática e ‘ativista’ ou não”, “[...] a simples prática da poesia como arte cujo meio é a linguagem tem implicações sociais que receberam ênfase especial neste século”.

A importância que os textos poéticos assumem no contexto social, histórico e político de qualquer sociedade é comprovada pelo fato de os totalitarismos sempre terem tentado (e, infelizmente, alguns continuam) calar muitos artistas, temendo as revelações/revoltas que seus escritos poderiam acarretar, como consequência de um processo de leitura cúmplice que desaliena e aponta em riste para a modificação do quadro social e cultural.

A palavra do artista, ao agir sobre a consciência humana, pode levar à luta por condições mais dignas, por realidades mais justas e desejadas, pelo direito de exercer a liberdade de viver sua vida sem quaisquer tipos de interdições sociais, morais, religiosas ou políticas. Ao falar-se de pedras, brisas ou outros elementos, o poema sempre tem algo mais a revelar, pois a palavra poética é polifônica e carrega consigo virtualidades que possibilitam, através do “manto diáfano da fantasia”, revelar um mundo real, no qual sejamos “herdeiros da liberdade e da dignidade do ser”. Nesse caso, Sophia Andresen assume que,

É a poesia que me implica, que me faz ser no estar e me faz estar no ser. É a poesia que torna inteiro o meu estar na terra. E porque é a mais funda implicação do homem no real, a poesia é necessariamente política e fundamento da política (ANDRESEN, 1977, p. 77).

Desde seus primeiros livros, Sophia Andresen demonstra a exploração de temas políticos vinculados à História de Portugal no século XX, que muitos estudiosos³ dizem sublimar-se a partir de *Livro Sexto* (1962), aflorando cada vez mais o comprometimento da poeta com todos que, como ela, tiveram a liberdade privada pelo Estado.

A poesia de Sophia Andresen é, pois, política e necessariamente revolucionária. Isso se dá pela crença da artista de que a palavra pode intervir no real, endossando a passagem em que a própria poeta revela não viver em uma torre de marfim. Pelo contrário, ela faz parte de uma sociedade que se mostrou sufocada e agonizante por quase meio século e sentiu que uma das maneiras de modificar os quadros político e social com os quais não concordava passava necessariamente pela utilização da palavra poética como meio de libertação e revelação.

Sendo assim, neste ensaio, objetivamos investigar a relação existente entre poesia, política e história na obra andreseniana *O Nome das Coisas* (1977), apontando, sempre que possível e necessário, as ressonâncias do discurso do eu lírico andreseniano na sociedade portuguesa contemporânea à autora em destaque.

No tocante à obra que nos propomos a ler, *O Nome das Coisas* (1977) figura dentre as produções literárias mais emblemáticas e reveladoras do sentimento revolucionário diante da realidade sociopolítica portuguesa do século XX. Como apontado por Rosa Maria Martelo (2010, p. 41):

[...] não é de admirar que *O Nome das Coisas* venha a integrar uma meditação de ordem social e política, uma atenção imensa à circunstancialidade próxima, sem nunca correr o risco que correrá, por exemplo, a poesia neo-realista: paradoxalmente, a este nível, é mesmo a recuperação de um certo Romantismo o que aqui permite continuar a tradição de modernidade, porquanto a aventura de Sophia permanece essencialmente discursiva e fiel a uma busca poética – e independente de qualquer formação pré-ideológica.

3. Isso é vislumbrado nos estudos de Joaquim Manuel Magalhães (1999), Luis Ricardo Pereira (2003) e Helena Malheiro (2008).

Tal obra, com suas divisões temporais que vão de 1973 a 1976, revela a percepção artística da realidade portuguesa em três períodos importantes: antes, durante e após a Revolução dos Cravos. No que concerne à reestruturação da vida portuguesa, houve um antes e um depois dos Cravos.

Em termos de análise, torna-se imprescindível investigar o significado do título da obra. *O Nome das Coisas* (1977), como é sugerido na escolha da designação, vêm à tona, a fim de trazer ao conhecimento de todos, os nomes de cada episódio que compõe o universo no qual a obra está amparada, ou seja, dialoga com a História contemporânea de Portugal, crivada pela ditadura salazarista, Revolução dos Cravos, como também pelos desdobramentos de tal insurreição.

O tom de tal obra poética possui um significado evidente “[...] dar nome às coisas é, de certo modo, conhecê-las e emprestar-lhes sentido”. Não devemos deixar de concordar com Maria de Lourdes Belchior (1986, p. 41) quando ela menciona que “Em Sophia o nomear das coisas não é só ligá-las ao universo como, em certa medida, exorcizá-las e denunciá-las, chamando-as pelo seu nome”.

Enquanto desejo de nomear aquilo que abalava e modificava a vida portuguesa, Sophia Andresen, através da obra em questão, age a fim explicar os posteriores questionamentos acerca da referência extratextual, portanto histórica, transfigurada nos poemas constituintes de *O Nome das Coisas* (1977). Isso se dá porque, ao mesmo tempo em que há uma simbiose no texto entre experiência pessoal e coletiva, existe também outros recursos de escritura a que a autora faz referência como a autorreferencialidade, a intertextualidade, a referência histórica, entre outros.

Na confecção dos poemas constituintes da obra em análise, a autora concebe a História como um discurso, uma textualização do acontecimento, uma mediação entre a realidade e o texto, que possui a linguagem enquanto suporte que acaba “[...] reconhecendo ao mesmo tempo em que a própria historiografia é uma forma de remanejar, reformar, em suma, mediar o passado” (HUTCHEON, 1991, p. 200). Sendo assim, os escritos de Sophia de Mello Breyner Andresen são percepções artísticas da realidade na qual viveu, tentativas de transfigurar textualmente o que vivenciava. Isso faz com que seus poemas sejam maneiras de investir numa textualização poética que prescindia dos vestígios do passado e da experiência presente ao fazer poético.

Vejamos, então, três poemas contidos na obra em questão que, além de revelarem o sentimento do eu lírico andreseniano diante de três períodos históricos distintos – a saber: antes, durante e após a Revolução de Abril –, exemplificam claramente o comprometimento sociopolítico da autora em questão.

Como o primeiro poema a ser analisado foi escrito no período compreendido entre 1972 e 1973, faz-se necessário destacar que a poesia andreseniana escrita nesse período reflete a crise e o desencanto do sujeito português que ansiava pelo fim do totalitarismo e que observava a imersão de sua pátria numa profunda crise social, ética, política e econômica. E em meio à incerteza dos aconteci-

mentos desse período, o escritor Jorge de Sena em uma carta enviada a Sophia Andresen de seu exílio em Santa Barbara, USA, 4 de dezembro de 1971, questiona a poeta acerca daquilo que foi sublimado na poesia dela, os deuses:

Não é, Sophia, que o mundo não esteja cheio de deuses cruéis e sanguinários – todos o foram, e continuaram a ser hipocritamente, mesmo depois de as civilizações os terem polido e habituado a não comerem carne humana – que sempre continuaram a comer, de uma maneira ou de outra – não me consta que o Deus de Abraão e de Cristo tenha alguma vez protestado contra os perfumes da carne assada, com que o têm deliciado através dos tempos. Mas deuses que não são de amor, ainda que de amor devorador e destrutivo, são uma canalha inominável – e é a diferença entre a monstruosidade fugidia destes que agora visitastes *in loco* [na Grécia] e a dos da Índia, por exemplo, cuja monstruosidade ao contrário simboliza a múltipla riqueza da vida e da morte. Ao menos os dragões chineses, que citas, tinham a vantagem de ser figurações para uso de um povo que soube, desde o princípio, dê-inventar os deuses e viver sem eles (ANDRESEN, SENA, 2010, p. 132).

A carta de Jorge de Sena a Sophia desconstrói um dos mais importantes substratos da memória coletiva portuguesa: a crença de que o destino lusitano sempre havia sido gloriosamente conduzido pela mão de Deus (Cf. LOURENÇO, 2000). Como fica posto, ao contrário do que é pregado por inúmeras religiões e crenças, Deus não é somente um ser de amor e paz, ele é cruel e sanguinário, que recebe oferendas, induz guerras, entre outras ações feitas em seu nome, sem manifestar-se contrariamente. Se o ente a quem todos recorrem para resolver seus problemas perde as qualidades, os poderes que possui, o ser humano em geral e, o português em particular, encontra à sua frente nada além de desespero.

Sophia Andresen vivia essa situação de conflito do país consigo mesmo e das pessoas com a pátria. Em uma carta que ela envia a Jorge de Sena, da Granja, em 18 de Novembro de 1972, reconhece a crise do sujeito e da identidade lusitana. Entretanto, ela ainda manifesta certa esperança: “Creio que estamos no Kaos. Talvez seja um princípio. Ao princípio era o Kaos. Através do Kaos reconheceremos a *physis* como ser. Reconheceremos o país da imanência sem mácula” (ANDERSEN, SENA, 2010, p. 139). A perspectiva andreseniana de que do Kaos em que Portugal se encontrava poderia surgir o Kosmos, possibilita à autora recorrer a uma figura emblemática do século XX, “Che Guevara”:

Contra ti se ergue a prudência dos inteligentes e o arrojo dos patetas
 A indecisão dos complicados e o primarismo
 Daqueles que confundem Revolução com desforra

De poster em poster a tua imagem paira na sociedade de consumo
 Como o Cristo em sangue paira no alheamento ordenado das igrejas

Porém

Em frente do teu rosto

Medita o adolescente à noite no seu quarto

Quando procura emergir de um mundo que apodrece (ANDRESEN, 1977, p. 14).

Che Guevara, como um dos principais ideólogos e comandantes da Revolução Cubana (1953-1959), sabia da necessidade de luta pela liberdade política e pelo fim das desigualdades sociais no mundo e na América Latina, em especial. As ideias e ações desse inconformado lutador tiveram suma importância na libertação de países do chamado terceiro mundo ao desembaraçarem-se do poder imperialista a que estavam submetidos, além de contribuírem significativamente para a disseminação da resistência latino-americana aos regimes ditatoriais que infestavam o continente.

Sophia Andresen, tendo conhecimento da importantíssima figura de Che Guevara, através desse poema, homenageia, invoca-o e, conseqüentemente, clama por mudanças em sua pátria correspondentes às que ele operou nas Américas e pelo mundo afora. O eu lírico profere inicialmente, em discurso direto, que “Contra ti se ergue a prudência dos inteligentes e o arrojo dos patetas/ A indecisão dos complicados”. Esses são valores referentes a pessoas acomodadas, avessas às transformações que Che preconizou. Enquanto um ser altruísta, possuidor de juízos transformadores de mundos e vivências, Che Guevara conseguiu transformar realidades de muitas populações que passaram a usufruir de justiça e liberdade. Embora, pessoas ingênuas confundissem a ação empreendida por este homem como apenas violência e luta armada, inconsequente, sem ideologias transformadoras, demonstrando um primarismo dos “que confundem Revolução com desforra”.

Na segunda estrofe do poema, há uma crítica à postura das pessoas diante da figura de Che Guevara e ao mesmo tempo um reconhecimento da importância política e libertária dele no imaginário coletivo contemporâneo. Quando o sujeito poético declara “De poster em poster a tua imagem paira na sociedade de consumo/ Como o Cristo em sangue paira no alheamento ordenado das igrejas”, percebe-se que os ideais desse homem foram subvertidos e anulados pelo capital vitorioso. Ao utilizar-se do

recurso estilístico de repetição da palavra “pôster”, notemos que há também algo de excesso, de recorrência relacionado a esse vocábulo, enfatizando a transformação da figura de Che Guevara em uma mercadoria, sendo um dos bens de consumo de muitos que sequer conhecem o significado ideológico que existe por trás da imagem do revolucionário americano. O ato de comparar Che Guevara à imagem do “Cristo em sangue” – que muitas vezes está presente em imagem nas igrejas, sem, no entanto, ser lembrado por suas pregações, sua luta pela igualdade, liberdade – faz-nos refletir não somente sobre o uso “consumista” de tais figuras, como também, da hipocrisia que pode rondar aqueles que delas se utilizam para agregar certa valoração ideológica que nada mais é do que uma traição ao ideal que movia o sujeito revolucionário. Nesse caso, Che foi como Cristo, uma figura sacralizada *a posteriori*, cuja mensagem foi traída, caindo no esquecimento promovido pela sociedade de consumo.

Na última estrofe do poema, *há duas constatações que não se excluem. Em primeiro lugar, há um jovem que vive num “mundo que apodrece”, devido às guerras, ditaduras, desrespeito à alteridade, em um país em que nem mesmo o artista possui liberdade para escrever e dizer-se da maneira que deseja. Mundo maculado pelo sangue derramado por muitas pessoas, inclusive pelo próprio Che, que lutaram por sociedades com mais igualdade social e econômica, em que todos desfrutassem dos mesmos direitos e deveres. O ideal coletivo foi oprimido por regimes totalitários, hipócritas, que prezavam muito mais o dinheiro do que o bem-estar de sua civilização. Entretanto, esse jovem, “à noite no seu quarto”, medita, olhando para a imagem de Che Guevara. A meditação tanto pode significar esperança de surgimento de alguém que faça por Portugal o que o revolucionário sul-americano fez por Cuba e por outros países da América Latina (uma reatualização do sebastianismo?) ou apenas denota a impotência que os homens em geral, e os portugueses em particular, tiveram de lutar contra um inimigo aterrorizador e que por isso continua com seu projeto de apodrecimento mundano e de esmagamento dos direitos humanos.*

Com efeito, o segundo poema que nos propomos a analisar corresponde a outro período histórico, agora correspondente à tão sonhada e esperada Revolução, que, ao menos ideologicamente, mudaria os rumos de todas as esferas da vida social portuguesa, trazendo consigo liberdade de expressão, justiça. Portanto, nesse momento significativo, reinava nas ruas de Lisboa não só a manifestação popular e militar pela queda do regime, como também a utopia que consigo trazia a esperança de redenção, de que dias melhores, a partir de então, viriam.

Em entrevista a Maria Armanda Passos, concedida no dia 16 de fevereiro de 1982, Sophia Andresen esclarece um pouco o que representou o 25 de abril de 1974, não somente para si, mas também para todos os portugueses que vivenciaram esse dia. Segundo a poeta,

No 25 de Abril há um momento extraordinário. Hoje em dia nós olhamos para trás e perguntamos a nós próprios se foi a nossa sede de uma ilusão que criou uma espécie de fantasmagoria. Mas não há dúvida de que eu me lembro de uma cidade de Lisboa sem nenhuma polícia, sem nenhuma violência. Lembro-me da cidade de Lisboa onde todas as pessoas que encontrávamos sorriam, lembro-me de ver passar os pequenos grupos de gente nova no Rossio que pareciam pequenos bandos de bailarinos ou gaiotas, e atravessavam de um lado a outro na praça. Lembro-me de bandeiras que dançavam em cima da cabeça das pessoas e das expressões e dos gestos e das vozes. E tudo isso era um tão bonito e extraordinário momento poético e como que uma ilha noutra planeta... Talvez tivesse sido um momento em que, imagino, algo para toda a gente que estava para além da política e que depois a política destroçou, a política tradicional. Creio que houve um estado de graça. Mas depois o pecado do poder destruiu esse estado de graça.

Para além dos desdobramentos da Revolução, nos deixemos envolver inicialmente por esse “estado de graça” que pairou sobre a cabeça daqueles que puderam vivenciá-lo, senti-lo e, acima de tudo, crer na possibilidade de renovação que surgia com o momento revolucionário. Vejamos o poema “25 de Abril”, escrito sob o envolvimento dessa aura libertária:

Esta é a madrugada que eu esperava
 O dia inicial inteiro e limpo
 Onde emergimos da noite e do silêncio
 E livres habitamos a substância do tempo (ANDRESEN, 1977, p. 28)

O poema traz consigo toda a aura de um país que se via livre, com a insurreição, de uma crise econômica e social, de uma guerra colonial levada a cabo por treze anos, que vivia com medo, que espantava os fantasmas da ditadura e vislumbrava, em uma madrugada de primavera, os problemas a se escoarem através dos corpos lavados pela água da libertação. “A poesia fala como se tudo agora começasse de novo, e nos fosse dado habitarmos plenamente o presente, numa total identificação com ele” e “É enquanto poesia do presente, que tranquilamente habita ‘a substância do tempo’, sem fissuras ou divisões” (MARTINHO, 1999, p. 57).

Enquanto madrugada libertadora, o 25 de Abril também significou “O dia inicial inteiro e limpo”, um momento genésico que marca o ingresso irreversível de Portugal na Europa. Inicial, por

tratar-se da possibilidade de ter começado uma nova era, na qual houvesse mais proximidade e menos distância entre os homens e o poder, assim entre eles próprios, mais saciedade e menos fome, mais paz e menos guerra, mais prosperidade e menos crise, mais vida e menos mortes. O dia em que se limpavam todos os dramas que até então a pátria carregava consigo, que se exterminavam quarenta e oito anos de vivência controlada, vigiada, cerceada. Era, realmente, o dia esperado por todos que, apesar de lutarem pelo fim dessa era, sozinhos não tiveram força suficiente para abalar e derrubar o regime totalitário, mas que, no momento que se desdobrava a Revolução, tinham junto consigo não somente o MFA⁴, como também grande parte da população em júbilo pelas ruas do país.

O dia 25 de abril marcaria o nascimento do cosmos em meio ao caos, a possibilidade plural de manifestações da vida da nação, fazendo com que todos pudessem emergir “da noite e do silêncio”. A noite é o elemento a representar a escuridão, angústia, encobrimento, o obscurantismo em que as pessoas deveriam viver. Noite que também esteve presente nos olhos de tantos mortos nas guerras coloniais que se embrenhavam na escuridão do desconhecido, do medo e, por fim, conheciam a escuridão do extinguir-se. Noite em que tantas mães, noivas, esposas, filhos, enfim, famílias choravam seus entes que iam para a guerra, seus familiares que eram presos pela polícia da ditadura e enviados para Tarrafais. Noite como impossibilidade de ser, de viver, de agir e de ter nas mãos o próprio destino. Noite que se iguala ao silêncio em que nenhuma voz dissonante deveria ser ouvida, em que as vozes eram anuladas pelo medo e pela iminência constante de repressões. A noite, uma das filhas do Kaos, que no 25 de Abril cede espaço à sua irmã, Aurora.

A aurora revolucionária possibilitou a todos: “E livres habitamos a substância do tempo”. O que poderia ser essa substância do tempo em uma sociedade estática, adormecida durante anos (senão séculos)? Habitar a substância do tempo relaciona-se com o assumir a responsabilidade pelo tempo. O ser que existe no tempo necessita acordar os portugueses acuados pela ação de um poder subversivo, como também com a vida de todos que a partir de então seria transformada. Ao contrário do que ocorreu durante o salazarismo, os lusitanos deixavam de ser dominados no tempo, tendo a possibilidade de fazer História. Entretanto, a percepção livre do tempo, a liberdade inclui também erros e não só acertos, como se esperava que ocorreria a partir de então.

A necessidade imediata de renovação sociopolítica e econômica nos desdobramentos de Abril pode ter contribuído para a feitura de um projeto utópico, portanto, de difícil execução. Como resultado das tentativas de implementá-lo, não somente os idealizadores desse projeto, como também a população que nele confiara se viu em um estado de descrença, mesmo assim, o sujeito poético insiste

4. Movimento das Forças Armadas.

que ele deve ser tentado novamente, através de “palavras harpas” – que incitam à reflexão, à “memória”. O terceiro poema que nos propomos a examinar com atenção, revela uma pergunta que paira na alma dos portugueses, “Será Possível”?

Será Possível

Será Possível que nada se cumprisse?

Que o roseiral a brisa as folhas de hera

Fossem como palavras sem sentido

– Que nada sejam senão seu rosto ido

Sem regresso nem resposta – só perdido? (ANDRESEN, 1977, p. 61)

O sujeito poético, no presente poema, nada mais tem a fazer do que questionar-se acerca dos desdobramentos da Revolução e com essas mesmas perguntas ele revela uma forte inconformidade diante de todas as propostas e projeções que poderiam ter se cumprido, mas não o foram. O eu lírico revela através de “Será Possível” uma consciência crítica quanto à História portuguesa, demonstrando uma insatisfação referente às mudanças defendidas pela Revolução dos Cravos. Observamos esse sentimento através da evocação das imagens clássicas do roseiral, brisa e folhas de hera, símbolos da passagem das coisas e dos tempos, revelando as expectativas de todos com a queda do salazarismo, com a Revolução e um desejado início de novos tempos. Entretanto, como sabemos, as expectativas geradas por tais acontecimentos não foram cumpridas, causando uma grande frustração coletiva. Vale ressaltar que até mesmo as palavras que rimam entre si (**Sentido**, **ido**, **perdido**) possuem um paralelismo semântico, cujo sentido remete realmente a um sentimento de desengano, uma vez que o que o eu lírico sente não passa de algo que se foi, se perdeu junto com a Revolução, tendo, portanto, vivido muito pouco tempo.

Os sentimentos de frustração e desagrado com a realidade pátria permite-nos um paralelo com os versos da última estrofe do poema pessoano “O Infante”, no qual fica dito que “Quem te sagrou creou-te português./ Do mar e em ti nos deu signal./ Cumpriu-se o Mar, e o Imperio se desfez./ Senhor, falta cumprir-se Portugal!” (PESSOA, 2007, p. 78). Fernando Pessoa, através desses versos, demonstra sua insatisfação com uma pátria que “se desfez”, com um império muito mais mítico do que efetivamente histórico, indicando que, no processo de exploração do mar, Portugal foi apenas o pioneiro, não sabendo aproveitar-se das oportunidades que esse pioneirismo lhe ofereceu. Causa da fragilidade ou mesmo de um ufanismo mítico-imperial, o mar cumpriu-se, porém o mesmo não ocorreu com Por-

tugal. Essas postulações remetem ao sentimento que pode ser extraído do poema andreseniano, uma vez que existe também uma consciência crítica quanto ao que é idealizado em terras lusitanas sem, no entanto, ser realizado efetivamente. No caso da Revolução dos Cravos, houve uma disparidade entre os projetos idealizados no desdobramento da insurreição e as ações realizadas, conferindo à Revolução um caráter insatisfatório ou mesmo de um projeto frustrado e arruinado.

A decadência do ser português muitos anos antes da Revolução Abril, como apresenta Pessoa, atualiza-se no contexto pós-revolucionário, já que a Revolução foi cumprida, efetivamente aconteceu, no entanto não passou de uma breve euforia generalizada, acarretando em seu fim um vazio que só pode ser representado pelo último verso de Fernando Pessoa: “Senhor, falta cumprir-se Portugal!”.

O eu lírico andreseniano continua a se interrogar a respeito do sentido da Revolução, desejando saber se todas as palavras ditas foram “sem sentido”, se os cartazes com palavras de ordem, se os ânimos, os muros pintados, as músicas cantadas seriam tudo uma pura ilusão de crianças que se deixam ludibriar facilmente por qualquer brinquedo novo que recebem de presente. A angústia continua ao querer saber se tudo realizado foi mesmo perdido, como se as palavras que se desprendiam do fundo das gargantas não passassem de mensagens sem sentido, como se tudo o que se passou tivesse se perdido na consciência e nas ações dos portugueses. O pior de tudo não são as indagações com as quais esse sujeito poético se atormenta e sim a falta de resposta a todas elas, a falta de interlocução capaz de quebrar o silêncio, o vazio percebido, a falta de caminhos possíveis para o desencanto e crise do sujeito individual e coletivo.

Considerações Finais

Sophia de Mello Breyner Andresen, tendo, inúmeras vezes, transfigurado o papel social e político em sua escrita poética, buscou que essa escritura refletisse o máximo possível a realidade. Sendo assim, ela, tão engajada com a luta pela liberdade, com a libertação dos presos políticos, com o ideal de “poesia una”, não poderia deixar de transfigurar poeticamente o momento político correspondente aos dois anos anteriores à Revolução dos Cravos (1972 – 1973), bem como à insurreição e alguns desdobramentos (1974 – 1975 e 1976). Ao fazer isso, a poeta utiliza-se da escrita para lembrar, exercer o papel da literatura enquanto lembrete, não possibilitando aos leitores olvidar o obscurantismo de Portugal e quaisquer outros países que tenham vivido um regime totalitário, e possibilitando também aos seus interlocutores refletir sobre os desdobramentos da Revolução de Abril.

Ao ser entrevistada por José Carlos Vasconcelos em junho de 1991 e colocada diante do posicionamento dele de que “Neste poema [‘O velho Abutre’], como em outros, parece que chegou ao osso, que há uma longa e sofrida indignação que a certa altura cristalizou em poesia...”, a poeta responde

“Penso que sim, é um bocado isso. É uma poesia sem retórica. É um poema, não é um panfleto. Haverá às vezes em *O Nome das Coisas* um certo tom panfletário, mas foi um livro escrito perto de mais”.

É inegável o diálogo entre *O Nome das Coisas* (1977) e a História contemporânea de Portugal. Na teia de poemas que constituem a obra, percebemos claramente, ao fim deste trabalho, uma mistura de texto, memória individual e coletiva, como também a recorrência a outras fontes a que a autora faz referência (cf. BOSI, 1983, e HALBWACHS, 2006). Sendo assim, Sophia de Mello Breyner Andresen faz do poema “[...] a escrita de uma História que vai além da materialidade, aonde se busca uma causalidade”. Logo, o poema constitui-se enquanto “[...] a fixação do instante que foge pelas ruas nas memórias dos narradores” (LUGARINHO, 2005, p. 35).

Artigo recebido: 10/02/2013

Artigo aceito: 15/05/2013

Referências

- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *O Nome das Coisas*. Lisboa: Moraes editores, 1977.
- _____. “Revolução e Política”. In: ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *O Nome das Coisas*. Lisboa: Moraes editores, 1977.
- _____. *Obra Poética*. 2ª ed. Alfragide: Caminho, 2011.
- _____; SENA, Jorge de. *Correspondência 1959 – 1978*. 3ª ed. Lisboa: Guerra e Paz, 2010.
- _____. “Intervenção na Assembleia constituinte sobre os artigos 28º e 29º. Sessão de 2 de setembro, 1975”. Disponível em: <http://purl.pt/19841/1/index.html>. Acesso em: 08 Abr. 2012.
- _____. “Porque estamos no P.S. Portugal Socialista”. Quinta-feira, 27 de março, 1975. Disponível em: <http://purl.pt/19841/1/index.html>. Acesso em: 08 Abr. 2012.
- _____. “A Cultura é cara, a incultura é mais cara ainda (resposta a um inquérito). Jornal “O Expresso”. 12 de julho, 1975. Disponível em: <http://purl.pt/19841/1/index.html> Acesso em 08. Abr. 2012.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes. “Itinerário poético de Sophia”. In: *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, nº 89, Jan. pp. 36 – 42, 1986.
- BELO, RUY. *Todos os Poemas*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2009.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo na poesia*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- Entrevista de Maria Armanda Passos. In: *JL — Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 26, 16 de Fevereiro, 1982. Disponível em: <http://purl.pt/19841/1/index.html>. Acesso: 08 Abr. 2012.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HAMBURGUER, Michael. *A verdade da poesia: tensões na poesia modernista desde Baudelaire*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1991.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Gradiva, 2000.
- LUGARINHO, Mário César. *Manuel Alegre: mito, memória e utopia*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.
- MAFFEI, Luis. “Em lugar de imperfeição”. In: *Revista Colóquio/ Letras*, Lisboa nº 176. Jan/Abr, 2011, p. 46 – 54.
- MACHADO, Rodrigo Corrêa Martins. *A emergência de Abril em O Nome das Coisas (1977), de Sophia de Mello Breyner Andresen*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, 2012.
- MAGALHÃES, Joaquim Manuel. “Sophia de Mello Breyner Andresen”. In: *Rima pobre: poesia portuguesa de agora*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 41 – 78 1999.
- MALHEIRO, Helena. *O enigma da Sophia: da sombra à claridade*. Alfragide: Oficina do Livro, 2008.
- MARTELO, Rosa Maria. *A forma informe: leituras de poesia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.
- MARTINHO, Fernando J. B. “O 25 de Abril na Poesia Portuguesa”. In: *Camões – Revista de Letras e culturas lusófonas*, nº 5. Abr/Jun, p. 54 –63, 1999.
- MAXWELL, Keneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- PEREIRA, Luís Ricardo. *Sophia de Mello Breyner Andresen inscrição da terra*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SILVEIRA, Jorge Fernandes da. Sophia: “A inscrição do exílio”. Disponível em: http://www.coloquiointernacionalsophiademellobreynerandresen.com/sophia_comunica/jorge_fernandes_da_silveira.pdf. Acesso em: 05 Fev. 2012.